



Propostas IPA/FPA para o Plano-Safra
2015/2016



Propostas Plano-Safra 2015/2016

1. Crédito a Juros Controlados

Elevar o volume de crédito rural (custeio, comercialização e investimento) para R\$ 220 milhões, sendo **R\$ 190 milhões para a agricultura comercial** e **R\$ 30 milhões para a agricultura familiar**, de forma a contemplar o aumento de custos de produção, de produtividade e de área plantada.

2. Taxas de Juros

Fixar taxas de juros **diferenciadas e condizentes** com a atividade agropecuária, em **níveis não superiores à inflação corrente.**

3. Crédito Rural (regras gerais)

- 3.1** Estimular fontes alternativas para o crédito rural;
- 3.2** Exigir rigor do Banco Central na fiscalização dos Bancos que adotam a exigência de **reciprocidades** para a liberação do crédito rural (incluindo a **venda casada** de seguro).

4. Crédito de Custeio

- 4.1** Elevar em **15%** os limites de financiamento por **CPF**, de forma a contemplar o aumento de custos de produção e de produtividade;
- 4.2** Autorizar a contratação de **crédito de custeio de longo prazo (crédito rotativo/renovável)**, de modo que vários ciclos produtivos sejam automaticamente atendidos.

5. Crédito de Investimento

- 5.1** Manter por pelo menos 5 anos o Programa para **Construção e Ampliação de Armazéns – PCA**, conforme prometido quando de seu lançamento;
- 5.2** Manter as **taxas de juros do Programa ABC em níveis inferiores às linhas de crédito tradicional**, de forma que compense o custo das exigências adicionais deste programa;
- 5.3** **Regulamentar o Fundo de Garantia de Risco de Crédito de Investimento** para produtores rurais e suas cooperativas aprovado pelo art. 8º Lei 12.087, de 2009;
- 5.4** Criar **linha de crédito** para financiar a adoção de **tecnologias agrícolas redutoras do consumo de água** na propriedade rural.

6. Seguro Rural (Parte 1)

- 6.1** Definir sistemática para **evitar atrasos no pagamento da subvenção** ao prêmio;
- 6.2** Fazer o **repasse da subvenção econômica** ao prêmio do seguro rural **diretamente para os agricultores**;
- 6.3** Definir **parâmetros mínimos para as apólices** a serem objeto de subvenção ao prêmio do seguro rural (**produtividade mínima, cobertura, taxa de retenção pela seguradora, etc**);
- 6.4** Promover melhor **adequação das coberturas** oferecidas à **realidade de cada região**;

6. Seguro Rural (Parte 2)

- 6.5** Rever os **critérios** para a **definição de municípios prioritários** para o seguro rural;
- 6.6** **Regulamentar** o Fundo de Cobertura Suplementar dos Riscos do Seguro Rural (**Fundo de Catástrofes**);
- 6.7** **Criar uma Comissão Consultiva** composta por **representantes dos produtores rurais e das seguradoras**, para haver um **canal formal** de interlocução com o Comitê Gestor do Seguro Rural.

7. Preços Mínimos e Comercialização

7.1 Corrigir os Preços Mínimos segundo os custos de produção, atualizando os valores daqueles que ficaram com correção defasada nos últimos anos;

7.2 Orientar a **Conab** a dar **mais transparência à elaboração dos custos de produção** que servem de referência para a correção dos preços mínimos;

7.3 Revogar o Decreto 7.920/2013, que criou o **Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos – CIEP** e **burocratizou** as decisões governamentais na **gestão dos estoques**.

8. Alterações na Legislação

- 8.1** Concluir o relatório dos **Grupos de Trabalho de Custos Cartorários e Títulos do Agronegócio** criados como parte do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 e encaminhar as propostas de mudanças na legislação pertinente;
- 8.2** Expedir resolução do Conselho Monetário Nacional disciplinando quais títulos do agronegócio podem lastrear as **Letras de Crédito do Agronegócio – LCA** que dão direito a **isenção fiscal**;
- 8.3** Eliminar a cobrança do **Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM**:
- a)** na **importação de fertilizantes**, por ser um insumo em que o peso do frete onera muito o custo do produto;
 - b)** incidente **sobre o frete de cabotagem de produtos agrícolas** destinados às regiões Norte e Nordeste do país.
- 8.4** Definir como de interesse público o transporte de cargas agrícolas para abastecer as regiões Norte e Nordeste, de forma a **estimular a concorrência entre navios estrangeiros e de bandeira nacional no transporte de cabotagem** e a baratear o custo do abastecimento daquelas regiões.

9. Especificidades Setoriais

Encaminhadas propostas específicas das seguintes entidades/setores:

9.1. Sistema Cooperativista

9.2. Setor Sucroenergético

9.3. FAEP/Ocepar/Seab-PR

9.4. ABCZ



Comissão de Política Agrícola IPA/FPA

Coordenação Política: Deputado Roberto Balestra

Coordenação Institucional: Abrapa

Consultor Técnico: Célio Porto